

**Associação BIOPOLIS**



**Concurso Público com Publicidade Internacional**

**Aquisição de Serviços de Fornecimento de Refeições Confeccionadas  
na Cantina do Campus de Vairão da Universidade do Porto**

**Programa do Concurso**

novembro de 2023

## Índice

<b>SECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....</b>	<b>4</b>
Artigo 1.º - Identificação do Procedimento.....	4
Artigo 2.º - Objeto .....	4
Artigo 3.º - Entidade Adjudicante.....	4
Artigo 4.º - Órgão Competente para a decisão de contratar .....	4
Artigo 5.º - Concorrentes.....	5
Artigo 6.º - Condições de Participação .....	5
Artigo 7.º - Peças do Procedimento.....	6
Artigo 8.º - Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento .....	6
Artigo 9.º - Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento .....	6
Artigo 10.º - Erros e Omissões do Caderno de Encargos .....	7
Artigo 11.º - Preço da Proposta .....	7
Artigo 12.º - Critério de Adjudicação e Critérios de Desempate.....	8
Artigo 13.º - Proposta e Documentos que a constituem .....	9
Artigo 14.º - Prazo e Modo de Apresentação de Propostas .....	10
Artigo 15.º - Idioma dos Documentos que constituem a proposta .....	11
Artigo 16.º - Propostas variantes.....	11
Artigo 17.º - Classificação de Documentos da Proposta.....	12
Artigo 18.º - Prorrogação do prazo fixado para a apresentação da proposta .....	12
Artigo 19.º - Prazo de Manutenção das Propostas .....	12
Artigo 20.º - Listas dos Concorrentes e Consulta das Propostas Apresentadas .....	12
Artigo 21.º - Exclusão de propostas.....	13
 <b>SECÇÃO III - ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS .....</b>	 <b>14</b>
Artigo 22.º - Análise e Avaliação das Propostas .....	14
Artigo 23.º - Esclarecimentos sobre as Propostas.....	14
Artigo 24.º - Relatório Preliminar .....	14
Artigo 25.º - Audiência Prévia .....	15
Artigo 26.º - Relatório Final.....	15
 <b>SECÇÃO IV - ADJUDICAÇÃO .....</b>	 <b>15</b>
Artigo 27.º - Dever de adjudicação .....	15
Artigo 28.º - Notificação da decisão de adjudicação .....	15
Artigo 29.º - Causas de não adjudicação .....	16
Artigo 30.º - Revogação da decisão de contratar .....	16
 <b>SECÇÃO V – HABILITAÇÃO.....</b>	 <b>17</b>
Artigo 31.º - Documentos de Habilitação .....	17

Artigo 32.º - Idioma e Modo de Apresentação dos Documentos de Habilitação.....	18
Artigo 33.º - Não Apresentação dos Documentos de Habilitação .....	19
Artigo 34.º - Falsificação de Documentos e Declarações .....	19
<b>SECÇÃO VI – CAUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
Artigo 35.º - Caução para garantir o cumprimento de obrigações .....	19
<b>SECÇÃO VII – CELEBRAÇÃO DO CONTRATO .....</b>	<b>20</b>
Artigo 36.º - Redução do contrato a escrito .....	20
Artigo 37.º - Aprovação da Minuta de Contrato .....	21
Artigo 38.º - Ajustamentos ao Conteúdo de Contrato .....	21
Artigo 39.º - Notificação da Minuta de Contrato .....	21
Artigo 40.º - Aceitação da Minuta de Contrato.....	21
Artigo 41.º - Reclamações da Minuta .....	21
Artigo 42.º - Notificação dos Ajustamentos ao Contrato .....	22
Artigo 43.º - Outorga do Contrato .....	22
Artigo 44.º - Não Outorga do Contrato .....	22
<b>SECÇÃO IX – DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>23</b>
Artigo 45.º - Notificações .....	23
Artigo 46.º - Responsável pela Direção do Procedimento .....	23
Artigo 47.º - Legislação Aplicável .....	23
Artigo 48.º - Foro Competente .....	23
<b>ANEXOS .....</b>	<b>24</b>
ANEXO 1 - Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) .....	25
ANEXO 2 - Modelo de Proposta .....	26
ANEXO 3 - Proposta de preço .....	27
ANEXO 4 - Modelo de Declaração .....	28
ANEXO 5 - Modelo de garantia bancária/seguro de caução .....	29
ANEXO 6 - Mapa de Pessoal .....	31
ANEXO 7 - Modelo de Declaração do plano de HACCP .....	42

## **SECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **Artigo 1.º - Identificação do Procedimento**

O presente procedimento reveste a forma de Concurso Público com Publicidade no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e dos artigos 130.º a 139.º, todos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, doravante designado de CCP e tem a seguinte designação: Concurso Público com Publicidade Internacional, Ref.ª BIOPOLIS/2023/002\_CPPI\_Cantina - *“Aquisição de Serviços de Fornecimento de Refeições Confeccionadas na Cantina do Campus de Vairão da Universidade do Porto”*.

### **Artigo 2.º - Objeto**

1 - O presente procedimento tem por objeto a *“Aquisição de Serviços de Fornecimento de Refeições Confeccionadas na Cantina do Campus de Vairão da Universidade do Porto”*, de acordo com o Caderno de Encargos.

2 - O presente procedimento insere-se em CPV 55524000-9 Serviços de fornecimento de refeições (catering) a escolas, a que se refere o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 74 em 15 de março de 2008.

### **Artigo 3.º - Entidade Adjudicante**

A entidade pública adjudicante é a Associação BIOPOLIS, abreviadamente designada por BIOPOLIS, sita em Campus de Vairão da Universidade do Porto, Rua Padre Armando Quintas, nº 7, 4485-661 Vairão, Portugal, com o número de telefone 252660400 e com o endereço de correio eletrónico [procurement@cibio.up.pt](mailto:procurement@cibio.up.pt).

### **Artigo 4.º - Órgão Competente para a decisão de contratar**

1 - O órgão com competência para a decisão de contratar é a Comissão Executiva da Associação BIOPOLIS.

2 - A autorização de despesa foi tomada pela Comissão Executiva em 16 de novembro de 2023.

### **Artigo 5.º - Concorrentes**

- 1 - Podem ser concorrentes as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas do artigo 55.º do CCP e que comprovem possuir idoneidade e aptidão técnica e profissional para a prestação dos serviços objeto do presente concurso.
- 2 - Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 3 - Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP, nem integrar outro agrupamento concorrente.
- 4 - Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
- 5 - Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio, nos termos do disposto nos artigos 1.º a 20.º do Decreto-lei n.º 231/81, de 28 de julho.
- 6 - O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de chefe de consórcio, único e comum interlocutor responsável perante a Entidade Adjudicante, devendo ser-lhe conferidos, no mesmo ato, por procuração, os poderes a que se referem as alíneas a), b), c), d) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

### **Artigo 6.º - Condições de Participação**

- 1 - A participação no concurso depende de prévia inscrição na plataforma de contratação pública da acinGov, com o endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).
- 2 - O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito.
- 3 - Os esclarecimentos relativos à plataforma são prestados pela ACIN iCloud Solutions, contactável através do número 707 451 451, de Segunda a Sexta, entre as 8:00 e as 24:00 ou por correio eletrónico para [apoio@acingov.pt](mailto:apoio@acingov.pt).

### **Artigo 7.º - Peças do Procedimento**

As peças do presente procedimento são as seguintes:

- a) O Programa de Concurso e seus anexos;
- b) O Caderno de Encargos e seus anexos.

### **Artigo 8.º - Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento**

1 - As peças do procedimento encontram-se disponíveis para consulta dos interessados desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, na plataforma eletrónica com o seguinte endereço: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) e na morada indicada no Artigo 3.º do presente Programa de Concurso, onde podem ser consultadas durante as horas de expediente 09:00 - 17:00.

2 - Quando, por qualquer motivo, não seja cumprido o disposto no número 1, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.

3 - A decisão de prorrogação prevista no número anterior deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão.

### **Artigo 9.º - Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento**

1 - Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação.

2 - Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados, por escrito, pelo júri do concurso, por delegação de competências, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, pelo mesmo meio previsto no número anterior.

3 - Nos termos do n.º 7 do art.º 50.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento ou efetuar qualquer esclarecimento.

4 - Os esclarecimentos referidos nos números anteriores serão disponibilizados pela entidade adjudicante, em plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados ser imediatamente notificados desse facto.

5- Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números 1 a 4 fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

### **Artigo 10.º - Erros e Omissões do Caderno de Encargos**

1 - Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar uma lista, através da plataforma, na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento:

a) Os que digam respeito a:

- i. Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- ii. Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
- iii. Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar, que o interessado não considere exequíveis.

b) Erros e omissões que não se incluam na alínea anterior.

2 - A pronúncia a respeito dos erros e omissões será notificada a todos os interessados que se inscrevam no procedimento, sendo disponibilizados na plataforma.

3 - Em tudo o que for omissa no presente artigo, aplica-se o disposto no artigo 50.º do CCP.

### **Artigo 11.º - Preço da Proposta**

1 - O preço da proposta é expresso em Euros e todos os preços são expressos em duas casas decimais, sendo o arredondamento feito por excesso e nunca por defeito.

2 - O preço contratual global dos serviços a adquirir pela entidade adjudicante deverá ser indicado por algarismos e por extenso, sem inclusão do IVA, e tendo em consideração o disposto nas Cláusulas 12.<sup>a</sup> e 13.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos.

3 - A proposta deverá referir que aos preços mencionados nos números anteriores acresce o IVA, indicando os respetivos valores e taxa legal aplicável, no caso de o adjudicatário ser sujeito passivo desse imposto.

4 - O preço unitário (Pa - preço unitário da refeição) da proposta é calculado pela soma dos preços parciais que o decompõem, expressos em duas casas decimais de acordo com a seguinte fórmula:

$$\mathbf{Pa = P1 + P2 + P3 + P4 + P5 + P6}$$

Em que:

Parcela	Descrição
P1	Sopa
P2	Prato de carne, de peixe ou vegetariano
P3	Acompanhamento básico da alimentação (batata, arroz ou massa)
P4	Acompanhamento de legumes cozidos e / ou legumes crus
P5	Pão
P6	Sobremesa de fruta da época, doce, gelatina vegetal, iogurte ou fruta cozida ou assada

5 - A descrição das parcelas P1 a P6 resulta do disposto no n.º 2 a n.º 4 da cláusula 19.ª do caderno de encargos, relativa a ementas, devidamente especificadas nos anexos F1 e F2 - “Ementas” e “Fichas Técnicas” - do mesmo caderno de encargos.

#### **Artigo 12.º - Critério de Adjudicação e Critérios de Desempate**

1 - A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade prevista na alínea b), do n.º 1 do artigo 74.º do CCP - avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar -, considerando-se para o efeito o preço unitário da refeição completa constante da proposta.

2 - Em caso de empate de propostas de preço unitário resultante do somatório das parcelas P1 a P6 indicadas na tabela do n.º 4 do artigo anterior, a proposta a adjudicar será sequencialmente a seguinte:

- a) A proposta que apresente menor preço para parcela P2;
- b) Se aplicado o critério da alínea anterior o empate persistir, a proposta que apresente menor preço para parcela P5;
- c) Se aplicado os critérios das alíneas anteriores o empate ainda persistir, a proposta que apresente menor preço para parcela P3;
- d) Se aplicado os critérios das alíneas anteriores o empate ainda persistir, a proposta que apresente menor preço para parcela P6;

- e) Se aplicado os critérios das alíneas anteriores o empate ainda persistir, a proposta que apresente menor preço para parcela P4;
- f) Se aplicado os critérios das alíneas anteriores o empate ainda persistir, a proposta que apresente menor preço para parcela P1.

## **SECÇÃO II - PROPOSTA**

### **Artigo 13.º - Proposta e Documentos que a constituem**

1 - A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo, a qual deve ser obrigatoriamente instruída de acordo com o modelo constante do Anexo 2 e Anexo 3 do Programa de Concurso, disponibilizados na plataforma eletrónica.

2 - Para efeitos de apresentação da proposta, o concorrente deverá considerar os serviços e quantidades de refeições estimadas e referidas no objeto do procedimento nos termos do Artigo 2.º do Caderno de Encargos - Tabela 1, assim como todo o estabelecido no Caderno de Encargos e Programa de Concurso.

3 - Na proposta, o concorrente deve integrar, obrigatoriamente, os seguintes elementos:

- a) Referência do Concurso;
- b) Nome do concorrente;
- c) O preço contratual, em algarismos e por extenso, com indicação expressa da não inclusão do IVA;
- d) Condições de pagamento;
- e) Prazo de validade da proposta;
- f) Data e assinatura(s).

4 - Nos Anexos 2 e 3 da proposta, o concorrente deve preencher, obrigatoriamente, todos os campos e anexá-los à proposta, em formato pdf.

5 - A proposta deverá ser acompanhada de:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, nos termos dos n.ºs 1 alínea a) e 6 do artigo 57.º do CCP, elaborado em conformidade com o Anexo 1 do Programa do Concurso, disponibilizado na plataforma eletrónica;
- b) Declaração da empresa em como se compromete a disponibilizar Plano HACCP a implementar na cantina do Campus de Vairão da Universidade do Porto, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo 7 do presente programa;
- c) O mapa de pessoal (Anexo 6 do programa) a afetar ao fornecimento das refeições confeccionadas, com indicação expressa das respetivas categorias e competências em conformidade com o número 1 do Artigo 22.º do Caderno de Encargos do procedimento;
- d) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para a apreciação da mesma.

6 - A falta de inclusão no Anexo 6 - Mapa de Pessoal -, que deve também acompanhar a proposta em formato pdf, do número mínimo de trabalhadores estipulados no número 2 do Artigo 22.º do Caderno de Encargos implica a exclusão da proposta.

7 - Os preços constantes na proposta são indicados em algarismos e por extenso, em euros e não incluem o IVA.

8 - Quando houver divergência entre o preço apresentado por extenso e em algarismos, prevalece o preço por extenso.

9 - Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

10 - A proposta deve mencionar que ao preço contratual acresce o IVA, indicando o respetivo valor e a taxa legal aplicável, entendendo-se na falta desta menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto.

11 - Todos os anexos constantes do Programa de Concurso deverão ser preenchidos pelos concorrentes sem efetuar alterações à sua estrutura ou formato.

#### **Artigo 14.º - Prazo e Modo de Apresentação de Propostas**

1 - A apresentação da proposta deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir com o disposto nas alíneas seguintes:

- a) Data limite de entrega: até às 23h59 do 30.º (trigésimo) dia a contar da data de envio

do anúncio para publicação no JOUE;

b) A apresentação da proposta do presente procedimento será efetuada na plataforma de contratação da acinGov.

2 - Os esclarecimentos relativos à alínea b) do n.º anterior são prestados pela ACIN iCloud Solutions, contactável através do número 707 451 451, de Segunda a Sexta, entre as 8:00 e as 24:00 ou por correio eletrónico para [apoio@acingov.pt](mailto:apoio@acingov.pt).

3 - A proposta a apresentar deverá ser oferecida num ficheiro principal constando toda a informação requerida.

4 - No caso de não ser possível a apresentação em apenas um único ficheiro, deverão ser apensos os restantes, como anexos ao ficheiro principal, no qual deve esse facto ser referido.

5 - O formulário da proposta de resposta ao presente Programa (Anexos 2 e 3) deverá ser apresentado em formato *pdf*.

6 - Caso o envio completo da proposta não seja bem-sucedido, considera-se não ter existido qualquer apresentação da proposta.

7 - Cada um dos documentos da proposta deve ser assinado eletronicamente mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, em cumprimento do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

8 - Os concorrentes devem utilizar certificados digitais qualificados e emitidos por entidades certificadoras.

9 - Nos casos em que o certificado não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade submeter conjuntamente com a proposta documento que indique o poder de representação e assinatura do assinante.

10 - No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta e cada um dos documentos que fazem parte integrante da mesma deve ser assinados com uma assinatura eletrónica qualificada da entidade representante comum do agrupamento.

#### **Artigo 15.º - Idioma dos Documentos que constituem a proposta**

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

#### **Artigo 16.º - Propostas variantes**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

### **Artigo 17.º - Classificação de Documentos da Proposta**

- 1 - Por motivos de segredo comercial, industrial, ou outro, os interessados podem requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.
- 2 - O disposto no número anterior rege-se pelo estabelecido no artigo 66.º do CCP e demais legislação em vigor.

### **Artigo 18.º - Prorrogação do prazo fixado para a apresentação da proposta**

- 1 - Quando as retificações ou os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
- 2 - Quando as retificações das peças do concurso, verificadas por iniciativa da entidade adjudicante, independentemente do momento da sua comunicação ou por aceitação de erros ou omissões do Caderno de Encargos detetados por qualquer interessado, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do concurso, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele até à comunicação das retificações ou à publicitação da aceitação de erros ou de omissões.

### **Artigo 19.º - Prazo de Manutenção das Propostas**

Os concorrentes obrigam-se a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados a partir da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

### **Artigo 20.º - Listas dos Concorrentes e Consulta das Propostas Apresentadas**

- 1 - No dia seguinte ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, o Júri procede à publicitação da lista de propostas na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, nos termos previstos no artigo 138.º do CCP.
- 2 - Aos concorrentes incluídos na lista acima referida é permitida a consulta na plataforma eletrónica de todas as propostas apresentadas.

3 - Os interessados que não tenham sido incluídos na lista podem reclamar desse facto no prazo de 3 (três) dias contados da sua publicitação, para o que devem apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta, seguindo-se os termos previstos no n.º 4 do artigo 138.º do CCP.

#### **Artigo 21.º - Exclusão de propostas**

1 - São excluídas as propostas cuja análise revele:

- a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
- b) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do n.º 3 do Artigo 5.º do Programa de Concurso;
- c) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP;
- d) Que não sejam constituídas por todos os documentos e elementos solicitados no Artigo 13.º e no n.º 1 e no n.º 4 do Artigo 14.º, ambos do Programa de Concurso;
- e) Que violem o disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP;
- f) Que não observem as formalidades do modo de apresentação da proposta fixadas no Artigo 15.º do Programa do Concurso;
- g) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
- h) Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP;
- i) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto nas regras referidas no n.º 4 do artigo 132.º do CCP;
- j) Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 4 a 6 e 8 a 11 do artigo 49.º do CCP;
- l) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- m) Que o preço contratual proposto seja superior ao preço base;
- n) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;

o) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

2 - São também excluídas as propostas que, por motivos não referidos nos números anteriores, se encontrem abrangidas pelo disposto nos artigos 70.º e 146.º do CCP.

### **SECÇÃO III - ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

#### **Artigo 22.º - Análise e Avaliação das Propostas**

A análise das propostas será efetuada de acordo com o critério de adjudicação estabelecido, sendo excluídas as propostas em que se verificar alguma das circunstâncias elencadas no Artigo 21.º do Programa de Concurso.

#### **Artigo 23.º - Esclarecimentos sobre as Propostas**

1 - O júri do concurso pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para o efeito da análise das mesmas.

2 - Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem o respetivo atributo, nem visem suprir omissões que determinam a exclusão nos termos do Artigo 21.º do Programa do Concurso.

3 - Os esclarecimentos prestados devem ser disponibilizados em plataforma eletrónica, e todos os concorrentes devem ser imediatamente notificados desse facto.

#### **Artigo 24.º - Relatório Preliminar**

1 - Após a análise das propostas, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação das mesmas.

2 - No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor fundamentadamente a exclusão de propostas.

3 - O relatório preliminar deve fazer referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no Artigo 23.º do Programa de Concurso.

### **Artigo 25.º - Audiência Prévia**

Após elaboração do relatório preliminar, o júri procede ao envio a todos os concorrentes do mesmo, para no prazo de 5 (cinco) dias úteis se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

### **Artigo 26.º - Relatório Final**

1 - Cumprido o disposto no Artigo 25.º do Programa de Concurso, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previsto no Artigo 21.º do Programa de Concurso.

2 - No caso de se verificar a exclusão de qualquer proposta, bem como do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas, constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previsto no Artigo 25.º do Programa de Concurso, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

3 - O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

4 - Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

## **SECÇÃO IV - ADJUDICAÇÃO**

### **Artigo 27.º - Dever de adjudicação**

1 - A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta ou escolhe uma de entre as apresentadas.

2 - Sem, prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 79.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de adjudicação e notificá-la aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.

### **Artigo 28.º - Notificação da decisão de adjudicação**

1 - A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.

2 - Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para apresentar os documentos de

habilitação exigidos no Artigo 31.º do Programa de Concurso.

3 - As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

#### **Artigo 29.º - Causas de não adjudicação**

1 - Não há lugar à adjudicação nos seguintes casos:

- a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- b) Quando todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do concurso após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.

2 - A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

3 - No caso previsto na alínea c) do n.º 1 é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

4 - Quando o órgão competente para a decisão de contratar decida não adjudicar com fundamento no disposto nas alíneas c) e d) do número 1, a entidade adjudicante deve indemnizar os concorrentes, cujas propostas não tenham sido excluídas, pelos encargos em que comprovadamente incorreram com a elaboração das respetivas propostas.

#### **Artigo 30.º - Revogação da decisão de contratar**

1 - A decisão de não adjudicação prevista no artigo anterior determina a revogação da decisão de contratar.

## SECÇÃO V - HABILITAÇÃO

### Artigo 31.º - Documentos de Habilitação

1 - Para efeitos de contratação o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo 4 do Programa de Concurso;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP;
- c) Fotocópia do Registo Criminal da empresa;
- d) Fotocópia da Certidão do Registo Comercial da empresa ou código de acesso para consulta da certidão permanente;
- e) A indicação do número e validade do Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão de quem tem poderes para outorgar o contrato;
- f) O mapa de pessoal a afetar ao fornecimento das refeições confeccionadas, com indicação expressa das respetivas categorias e competências em conformidade com o n.º 1 do Artigo 22.º do caderno de encargos;
- g) No caso de a adjudicação recair sobre proposta apresentada por agrupamentos, documentos comprovativos da associação dos membros do agrupamento adjudicatário na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

2 - Os documentos referidos no número anterior deverão ser apresentados no prazo de 10 (dez) dias após notificação da decisão de adjudicação.

3 - Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, sendo para o efeito aplicável o disposto nos n.ºs 3 e 4 e do artigo 86.º do CCP.

4 - O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do Programa do Concurso, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

**Artigo 32.º - Idioma e Modo de Apresentação dos Documentos de Habilitação**

- 1 - Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
- 2 - Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
- 3 - O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos referidos no artigo anterior através da plataforma eletrónica.
- 4 - Quando os documentos a que se referem a alínea b), c) e d) do n.º 1 do artigo anterior, se encontrem disponíveis na *Internet*, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.
- 5 - Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos na alínea b), c) e d) do n.º 1 do artigo anterior, é dispensada a sua apresentação nos termos do número anterior.
- 6 - Os documentos, a que se refere a alínea c) e d) do n.º 1 do artigo anterior, são exigíveis a concorrentes nacionais ou de outro Estado.
- 7 - O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos dispostos nos números anteriores, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.
- 8 - O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo todos os concorrentes para a apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.
- 9 - Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário serão disponibilizados para consulta de todos os concorrentes na plataforma eletrónica.
- 10 - O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do programa do procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.
- 11 - Quando o adjudicatário for um agrupamento de concorrentes de pessoas singulares ou coletivas, os documentos previstos nas alíneas a) e b) da Artigo 31.º do Programa de Concurso devem ser apresentados por todos os seus membros.

### **Artigo 33.º - Não Apresentação dos Documentos de Habilitação**

1 - A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

- a) No prazo fixado no n.º 2 do Artigo 31.º;
- b) No prazo fixado para apresentação de qualquer documento adicional;
- c) Os documentos redigidos em língua portuguesa ou, não sejam acompanhados de tradução devidamente legalizada.

2 - Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando o prazo de 2 (dois) dias úteis, para se pronunciar por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

3 - Quando as situações previstas no n.º 1 do artigo 86.º do CCP se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional de 2 (dois) dias úteis para apresentação dos documentos em falta, sob a pena de caducidade da adjudicação.

4 - Nos casos previstos nos números anteriores o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

### **Artigo 34.º - Falsificação de Documentos e Declarações**

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, sendo aplicável o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 86.º do CCP.

## **SECÇÃO VI - CAUÇÃO**

### **Artigo 35.º - Caução**

Não será exigida caução, ao abrigo do artigo 88.º, n.º 2, alínea a), do Código dos Contratos Públicos, caso o valor acumulado do Contrato seja inferior a € 500.000.

## SECÇÃO VII - CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

### Artigo 36.º - Redução do contrato a escrito

1 - O Contrato será reduzido a escrito, através da elaboração de um articulado em suporte de papel, e será outorgado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a aceitação da minuta pelo adjudicatário e em conformidade com o estabelecido no artigo 104.º do CCP.

2 - Nos termos do n.º 2 do artigo 96.º do CCP, fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos, identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
- c) O caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o articulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º, ambos do CCP.

5 - As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção dos impostos legalmente devidos pelo adjudicatário.

### **Artigo 37.º - Aprovação da Minuta de Contrato**

O contrato será reduzido a escrito pela entidade adjudicante, sendo a respetiva minuta aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar, em simultâneo com a decisão de adjudicação.

### **Artigo 38.º - Ajustamentos ao Conteúdo de Contrato**

1 - O órgão competente para a decisão de contratar, pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado mais de uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada, se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas.

2 - Os ajustamentos referidos no número anterior, não podem implicar em caso algum a violação das peças do concurso, nem a inclusão de soluções contidas em proposta apresentada por outro concorrente.

### **Artigo 39.º - Notificação da Minuta de Contrato**

Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário, assinalando expressamente, caso existam, os ajustamentos propostos.

### **Artigo 40.º - Aceitação da Minuta de Contrato**

A minuta do contrato a celebrar e, caso existam, os ajustamentos propostos, consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

### **Artigo 41.º - Reclamações da Minuta**

1 - As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos legais ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

2 - No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

3 - Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

#### **Artigo 42.º - Notificação dos Ajustamentos ao Contrato**

Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

#### **Artigo 43º - Outorga do Contrato**

1 - A outorga do contrato deve ter lugar no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou, da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de decorridos 10 (dez) dias contados da data de notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes e da receção dos documentos de habilitação, comprovada a prestação de caução quando devida e confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.

2 - O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.

#### **Artigo 44.º - Não Outorga do Contrato**

1 - A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia e local fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem não associado nos termos previstos no n.º 4 do artigo 54.º do CCP.

2 - Nos casos previstos no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar pode adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

3 - Se, por facto que lhe seja imputável, a entidade adjudicante não outorgar o contrato no prazo previsto, o adjudicatário pode desvincular-se da proposta, devendo aquela liberar a caução que este haja prestado, sem prejuízo do direito a ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta.

4 - No caso previsto no número anterior, o adjudicatário pode, em alternativa, exigir judicialmente a celebração do contrato.

## **SECÇÃO IX - DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Artigo 45.º - Notificações**

As notificações previstas nas peças deste concurso são efetuadas através de plataforma eletrónica, ou por outro meio escrito e eletrónico de dados.

### **Artigo 46.º - Responsável pela Direção do Procedimento**

Nos termos previstos no n.º 2 do artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro o júri do procedimento é o responsável pela direção do procedimento.

### **Artigo 47.º - Legislação Aplicável**

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do CCP e demais legislação em vigor.

### **Artigo 48.º - Foro Competente**

1 - Para o conhecimento de quaisquer litígios emergentes do contrato, designadamente relativos à respetiva interpretação ou execução é competente o Tribunal Administrativo de Círculo do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

2 - As partes podem derrogar o disposto no número anterior por acordo escrito decidindo submeter à arbitragem algum litígio específico.

Pela Comissão Executiva da Associação BIOPOLIS

Pedro Beja

Luis Folhadela

## ANEXOS

**ANEXO 1 - Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**

[a que se refere o artigo 13º, nº 5, alínea a) do Programa do Concurso]

## ANEXO 2 - Modelo de Proposta

[Artigo 11.º do Programa de Concurso]

Concurso Público Ref.<sup>a</sup> BIOPOLIS/2023/002\_CPPI\_Cantina

***“Aquisição do Serviço de Fornecimento de Refeições Confeccionadas na Cantina do Campus de Vairão da Universidade do Porto”***

### PROPOSTA

..... (empresa e sede), representada pelo seu gerente/administrador/procurador ..... (nome, estado civil, n.º do Bilhete de Identidade/cartão de cidadão, data de emissão e arquivo de identificação, naturalidade e morada), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Programa do Concurso e do Caderno de Encargos, a que se refere o anúncio publicado na II Série do Diário da República, de ... (data), relativo a ***“Fornecimento de Refeições Confeccionadas na Cantina do Campus de Vairão da Universidade do Porto”***, para a celebração de contrato para a entidade adjudicante, obriga-se a apresentar e prestar os referidos serviços em conformidade com os termos e condições previstas no Caderno de Encargos, na Cantina do Campus de Vairão da Universidade do Porto, pelo preço contratual unitário de € ..... (em algarismos e por extenso) para as refeições completas, que não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal aplicável, e de €..... (em algarismos e por extenso) para as refeições simples, que inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal aplicável, de acordo com os requisitos exigidos no Caderno de Encargos e de acordo com os valores, constantes dos **Anexos 2 e 3** do Programa de Concurso, com as seguintes condições de pagamento ..... mantendo a proposta válida por um prazo de ..... dias.

Os preços, indicados no Anexo 2 e 3 do Programa de Concurso, não incluem o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal aplicável.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

[Local e data]

[Assinatura]

### ANEXO 3 - Proposta de preço

Concurso Público Ref.<sup>a</sup> BIOPOLIS/2023/002\_CPPI\_Cantina  
**“Aquisição do Serviço de Fornecimento de Refeições Confeccionadas na Cantina do  
 Campus de Vairão da Universidade do Porto”**

#### PROPOSTA DE PREÇO

Nome do concorrente:
Morada:
Telefone:
Fax:
Email:
NIF

	Refeição (Almoço)	Valor Unitário €
P1	Sopa	
P2	Prato de carne ou peixe ou vegetariano	
P3	Acompanhamento básico da alimentação (batata, arroz ou massa)	
P4	Acompanhamento de legumes cozidos e/ou legumes crus	
P5	Pão de mistura	
P6	Sobremesa de fruta da época, doce ou gelatina vegetal, iogurte ou fruta cozida ou assada	
	<b>Total</b>	

**Observações:**

- 1 - O preço da proposta é expresso em euros
- 2 - Todos os preços são expressos em duas casas decimais, sendo o arredondamento feito por excesso e nunca por defeito;
- 3 - A proposta carece de assinatura eletrónica qualificada, de quem tenha competência para o ato, conforme legislação em vigor.

## **ANEXO 4 - Modelo de Declaração**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

## **ANEXO 5 - Modelo de garantia bancária/seguro de caução**

(Artigos 89.º e 90.º do CCP)

[nos termos do artigo 35.º do Programa do Concurso e artigo 88.º, n.º 2, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, não será exigida caução caso o valor acumulado do contrato seja inferior a € 500 000,00]

### **Modelo de guia de depósito**

Euros: €.....

Vai .....(identificação completa do adjudicatário), residente (ou com escritório) em ...., na qualidade ....., depositar na ... (sede, filial, agência ou delegação) da .....(instituição) a quantia de ..... (por extenso, em moeda corrente) (em dinheiro ou representada por)..... , como caução exigida para a aquisição de ..... (indicar a que bens/serviços se refere o procedimento), para os efeitos do Artigo 90.º do CCP aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro. Este depósito fica à ordem da Associação BIOPOLIS, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data.

Assinaturas.

### **Modelo de garantia bancária**

Garantia bancária/seguro de caução n.º ...

Em nome e a pedido de ..... (1), vem o(a) ..... (2), pelo presente documento, prestar, a favor de ... (3), uma garantia bancária/seguro-caução (4), até ao montante de ..... (5), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do processo relativo à adjudicação de ... (6), nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 89.º e 90.º do CCP aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

A presente garantia corresponde a 5% do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas e à primeira solicitação, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (7) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer

- 
- (1) Identificação completa do adjudicatário.
  - (2) Identificação completa da instituição garante.
  - (3) Identificação completa da entidade beneficiária.
  - (4) Eliminar o que não interessar.
  - (5) Indicar o valor por extenso.

- (6) Indicar o objeto da adjudicação, expressão «e outros».
- (7) Eliminar o que não interessar.

objeções do (s) garantido (s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

## **ANEXO 6 - Mapa de Pessoal**

Concurso Público Ref.<sup>a</sup> BIOPOLIS/2023/002\_CPPI\_Cantina

**“Aquisição do Serviço de Fornecimento de Refeições Confeccionadas na Cantina do Campus de Vairão da Universidade do Porto”**

**[a que se refere o n.º 6 do Artigo 13.º do Programa de Concurso e elaborado em concordância com a Cláusula 22.º do Caderno de Encargos]**

## **ANEXO 7 - Modelo de Declaração do plano de HACCP**

**Concurso Público Ref.<sup>a</sup> BIOPOLIS/2023/002\_CPPI\_Cantina**  
**“Aquisição do Serviço de Fornecimento de Refeições Confeccionadas na**  
**Cantina do Campus de Vairão da Universidade do Porto”**

[a que se refere a alínea b) do n.º 5 do Artigo 13.º do Programa de Concurso]

1 – (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra:

- a) que a sua representada (2) irá preparar um **Plano HACCP** específico para a Cantina do Campus de Vairão da Universidade do Porto;
- b) que se obriga a disponibilizar o referido plano, antes da assinatura do contrato e a implementar na Cantina do Campus de Vairão da Universidade do Porto;
- c) que o referido plano estará em conformidade com as regras estabelecidas no caderno de encargos deste procedimento.

O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[... (local), ... (data), ... [assinatura (3)]

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Conforme formalidades previstas nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP